

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.

DOI do preprint publicado: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.106.6658>

# ENTRE IRMÃS - DOCÊNCIA, SOCIABILIDADE E ESPAÇO URBANO (SANTA CATARINA, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)

Carolina Cechella Philippi

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6538>

Submetido em: 2023-07-31

Postado em: 2023-08-04 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

## ENTRE IRMÃS - DOCÊNCIA, SOCIABILIDADE E ESPAÇO URBANO (SANTA CATARINA, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)

CAROLINA CECHELLA PHILIPPI<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6121-254X>  
<[carolinacechella@gmail.com](mailto:carolinacechella@gmail.com)>

<sup>1</sup>Professora Assistente (Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, São Paulo (SP), Brasil.

**RESUMO:** Este artigo se ocupa do mapeamento das trajetórias docentes de duas duplas de irmãs – a saber, Antonieta e Leonor de Barros, e Edésia e Iracema Aducci – na capital catarinense ao longo da primeira metade do século XX. Para tanto, tomou como fontes os “Termos de Assentamento do Tesouro do Estado”, disponíveis no Arquivo Público de Santa Catarina, e as notas e reportagens vinculadas na imprensa local, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A série documental, pois, permitiu que fossem rastreados os seus deslocamentos funcionais, bem como seus trânsitos afetivos e sociais. Como referencial teórico, mobilizou as ponderações de Michel de Certeau (1985, 2009), a respeito da operacionalidade e da categorização das práticas, e de Jean François Sirinelli (1996), a respeito da densidade das redes de sustentação e sociabilidade que suportaram as táticas (CERTEAU, 2009) das irmãs. A metodologia aplicada levou em conta a organização de série documental composta por registros pautados nos nomes das supracitadas professoras (GINZBURG, 1989, p. 169-178), ao mesmo tempo que considerou a densidade do uso de fontes digitalizadas na pesquisa histórica (BRASIL; NASCIMENTO, 2020; LUCHESE, 2014). Por fim, destacou a diversidade de trajetórias que compõem a carreira docente, e a forma pela qual essa diversidade engatilhou táticas distintas para permanência na profissão.

**Palavras-chave:** profissão docente, história da educação, práticas de mulheres.

## BETWEEN SISTERS – TEACHING, SOCIABILITY, AND URBAN SPACE (SANTA CATARINA, FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY)

**ABSTRACT:** This article deals with teaching trajectories mapping focused on two pairs of sisters - Antonieta and Leonor de Barros and Edésia and Iracema Aducci - in Santa Catarina's capital throughout the first half of the 20th century. To this end, he took as sources the "Terms of Settlement of the State Treasury" as available in the Public Archive of Santa Catarina, and the notes and reports linked to the local press, available in the Digital Library of the National Library. The documentary series allowed the knowledge of their functional displacements, as well as their affective and social transits, to be tracked. As a theoretical reference, the considerations of Michel de Certeau (1985, 2009) were applied, regarding the operability and categorization of practices, and Jean François Sirinelli (1996), regarding the density of the support and sociability networks that supported the tactics (CERTEAU, 2009) of the sisters. The methodology applied considered the organization of documentary series composed of records based on the names of the women above-mentioned (GINZBURG, 1989, p. 169-178) and considering the density of the use of digitized sources in historical research (BRAZIL; NASCIMENTO, 2020; LUCHESE, 2014). Finally, it highlighted the diversity of trajectories that make up the teaching career and how this diversity triggered distinct tactics for permanence in the profession.

**Keywords:** teaching profession, history of education, women's practices.

## **ENTRE HERMANAS – DOCENCIA, SOCIABILIDADE Y ESPACIO URBANO (SANTA CATARINA, PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX)**

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo mapear las trayectorias docentes de duas parejas de hermanas – Antonieta y Leonor de Barros, Edésia y Iracema Aducci – en la capital catarinense a lo largo de la primera mitad del siglo XX. Para eso, ha tomado como fuentes los “Registros funcionales de la Tesorería del Estado”, disponibles en el Archivo Público de Santa Catarina, y las notas de prensa disponibles en la Hemeroteca Digital de la Biblioteca Nacional. La serie de documentos permitió el rastreo de sus desplazamientos funcionales, sus tránsitos afectivos y sociales. Como referencial teórico, movilizó Michel de Certeau (1985, 2009) para comprensión del funcionamiento y clasificación de las prácticas, y de Jean François Sirinelli (1996) para entendimiento de la densidad de las redes de sociabilidad que sosteneran esas tácticas (CERTEAU, 2009). La metodología ha llevado en consideración la organización de la serie documental con registros de los nombres de las maestras (GINZBURG, 1989, p. 169-178) y la problematización necesaria para el manejo de fuentes digitales en la pesquisa histórica (BRASIL; NASCIMENTO, 2020; LUCHESI, 2014). Por fin, destacó la diversidad de trayectorias que componen la carrera docente y la forma por medio de la cual esa diversidad gatilla tácticas distintas para permanencia en la profesión.

**Palabras clave:** profesión docente, historia de la educación, prácticas de mujeres.

## ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Em que pese a já longa trajetória do campo da História da Educação nos estudos de História da Profissão Docente<sup>1</sup>, é ainda fértil e necessária a tematização das diferenças e diversidades de trajetórias que organizaram a carreira (XAVIER, 2009; ROSSO et al., 2011; XAVIER, 2019). Isso porque, embora a categoria seja marcada por um exercício profissional específico, ela é atravessada por uma infinidade de trajetórias, práticas, vivências e representações (LUGLI, 2005; VICENTINI; LUGLI, 2009), que se reordenam de acordo com as configurações sócio-históricas com as quais convivem. Não por acaso, o exercício da docência – e aqui marcadamente da docência primária – na capital catarinense logo no início do século XX foi também atravessado pelas distintas professoras que o encampam<sup>2</sup>, e pelas formas pelas quais elas se organizaram (LEUCHTENBERGER 2009, 2012; BESEN; SILVA, 2020).

Nesse sentido, não foram poucas as iniciativas de remodelação da instrução que animaram a capital catarinense no referido período, com consequências diretas para a formação, atuação e organização do magistério local. Dentre elas, a historiografia deu destaque à Reforma do Ensino, organizada pelo professor e Inspetor Geral do Ensino Orestes Guimarães, a partir de 1911, a mando do então governador Vidal Ramos<sup>3</sup> (MOREIRA, 1954; FIORI, 1975; TEIVE, 2008). Tal iniciativa, pois, foi responsável por um rol de intervenções na instrução primária e na Escola Normal Catarinense, a qual teve alteradas a distribuição de suas matérias (RAMOS, 1911), passou a ter seu ingresso condicionado a um programa de admissão (TEIVE, 2012), e a ter o seu fluxo escolar organizado de acordo com o resultado de sabinas anuais (SANTA CATARINA, 1911, p. 13–15), de cujo aproveitamento dependeria a promoção dos estudantes.

Em que pese a centralidade da formação docente para o projeto de instrução pública levado a cabo na supracitada reforma – visível sobretudo pela celeridade das intervenções na Escola Normal –, também nesse período o que se tinha era uma longa estabilidade política do Partido Republicano local, tanto nos poderes Executivo quanto no Legislativo catarinense. Não por acaso, Vidal Ramos, o chefe político responsável pela contratação de Orestes Guimarães e, conseqüentemente, também responsável pela reestruturação do ensino primário e normal, era na época governador pela sigla do Partido Republicano Catarinense. Essa centralidade se fazia ver também na imprensa local, principalmente pela veiculação do periódico diário “A República”, responsável por uma significativa divulgação dos eventos políticos, sociais, culturais e educacionais do estado.

Foi, pois, neste cenário político, social e educacional que as irmãs Edésia e Iracema Aducci, e Leonor e Antonieta de Barros compuseram as filas do magistério primário estadual. Em uma Florianópolis que teve seu cenário urbano progressivamente esquadrinhado, sua formação docente paulatinamente reformada e seu cenário político partidário predominantemente inalterado, as duas duplas de irmãs compuseram trajetórias funcionais e pessoais distintas no interior da mesma carreira, que então se aparelhava. É, pois, da trajetória dessas duas duplas de professoras que este artigo se ocupou.

---

<sup>1</sup> Para um balanço da produção sobre o tema, conferir Catani (2000).

<sup>2</sup> Sobre a diversidade de trajetórias docentes na escola primária catarinense, e a forma pela qual elas aparecem nos estudos sócio históricos, conferir Melo e Valle (2012) e Silva e Schueroff (2010).

<sup>3</sup> Vidal Ramos (1866-1954) foi governador de Santa Catarina entre 1910 e 1914, e Senador pelo estado entre 1915 e 1929 (PIAZZA, 1985).

Interessou, para tanto, rastrear seus percursos profissionais e políticos, bem como suas redes de sociabilidades (SIRINELLI, 1996), na tentativa de matizar os diferentes acessos e as modalidades de interdições que sofreram. Entende-se ser, dessa forma, possível tensionar as matizes do exercício da profissão docente<sup>4</sup>, e assinalar as táticas (CERTEAU, 2009; 1985) operadas pelos diferentes sujeitos para, no interior da mesma carreira, e tangenciando as mesmas agremiações, conseguirem encampar as demandas que lhes eram caras. Para isso, optou-se por lidar com a dispersão documental, elegendo o nome dessas professoras como um expediente metodológico que permitiu localizá-las e, conseqüentemente, categorizar suas práticas (GINZBURG, 1989, p. 169-178). Essa opção conduziu ao estabelecimento de uma série documental, esta composta pelos Termos de Assentamento da Diretoria Geral da Instrução Pública e do Departamento de Educação, e pelos jornais em circulação no período<sup>5</sup>. Tal expediente, porém, fez recrudescer o cuidado com os parâmetros metodológicos para com a História Digital (LUCHESE, 2014; BRASIL; NASCIMENTO, 2020), já que ela traz novos ganhos e desafios à pesquisa histórica e à constituição das fontes.

Dessa forma, a série documental composta por citações na imprensa local e pelos termos de assentamento, registrados junto aos órgãos de gerenciamento da instrução pública, organizou-se objetivando o rastreamento das trajetórias funcionais e sociais das duas duplas de irmãs. O objetivo, pois, foi mapear a diversidade das suas práticas no interior de uma mesma carreira, mas com inserções familiares, políticas e sociais bastante distintas. Mobilizaram-se, assim, as categorias “docência e engajamento”, “sociabilidades políticas” e “trânsito e espaço urbano”, para o entendimento de tais práticas, tendo seu inventário aqui apresentado nos subtítulos “afetos em rede” e “magistério e espaço público”.

No primeiro, foram listadas as aderências familiares, afetivas e profissionais cavadas pelas Barros e pelas Aducci, assinalando o pelo delas para os seus trânsitos profissionais. Em “magistério e espaço público” foi mapeado o seu trânsito funcional pela via das escolas nas quais lecionaram, e de como elas compuseram a organização da instrução primária no estado. Como percurso para a compreensão das similaridades e divergências, estabelece-se o procedimento de elencar os elementos de tensionamento e de entretencimento que fazem as trajetórias das irmãs convergirem ou divergirem, assinalando assim para os entendimentos que eles emprestam à história do exercício docente.

## **AFETOS EM REDE**

Em comum, as irmãs Barros e Aducci tinham o exercício da docência, a naturalidade catarinense e a participação em órgãos associativos do professorado local. Em compensação, pesavam sobre elas diferenças sociais, raciais e políticas que deram o tom de alguns aspectos de suas trajetórias. Às primeiras – Antonieta e Leonor – coube o trânsito urbano marcado pelo que Jeruse Romão (2021, p.

---

<sup>4</sup> A História da Educação tem se esforçado em mapear as dinâmicas e as diversidades presentes na profissão docente brasileira. Ganham, dessa forma, destaque as ponderações a respeito da diversidade de trajetórias que atravessam a profissão (VICENTINI; LUGLI, 2009), suas características e atuações (VIDAL; VICENTINI, 2019), e a sua organização pela via de agremiações e publicações (CATANI, 2003). Para um mapeamento desse rol de estudos no campo da História da Educação, conferir Xavier (2014).

<sup>5</sup> Os termos foram acessados fisicamente, em visita ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, ao passo que os jornais foram rastreados via Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, usando como termos de busca os nomes das professoras pesquisadas, considerando possíveis variações de grafia e nomenclatura (aqui nomeadamente “Antonieta de Barros”, “Leonor de Barros”, “Edésia Aducci”, “Iracema Aducci” e “Iracema Aducci Whendausen”).

48) demarcou como resquício da escravização. Isso porque os três endereços que rastreou como lar da família – a saber, a Rua Arcipestre Paiva, a Rua Saldanha Marinho e a Rua Fernando Machado – foram demarcados pela autora como parte de regiões empobrecidas, e alvo das reformas urbanas encampadas na capital no início do século XX<sup>6</sup>. Negras e descendentes de escravizados, e nascidas respectivamente em 1901 e 1903, tiveram a trajetória marcada por atuações políticas, na imprensa local – sobretudo de Antonieta – e na organização de agremiações e ligas (Id., loc. cit.). Elas, porém, não puderam se valer de redes de sociabilidades pregressas, tal qual as Aducci, tendo sido necessário cavar acessos pela via da sua atuação profissional, literária e política.

Elas, todavia, não andaram sós. Sobretudo Antonieta soube cavar uma ampla e densa rede de sustentação, o que a permitiu transitar por jornais (DIVERSAS, 1927, p. 3), revistas (A SEMANA, 1926, n.p.; CENTRO CATARINENSE DE LETRAS, 1926, p. 3; PUBLICAÇÕES, 1930, n.p.; RENOVACÃO, 1931, p. 2), e agremiações (LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE, 1924, n.p.; FESTIVAL DE BENEFÍCIO, 1932, n.p.; SERÃO TEATRAL, 1933, n.p.; UNIÃO OPERÁRIA, 1933, p. 2) com alguma fluidez. Na carreira político-partidária, ganhou notoriedade pela sua eleição (VENCENDO PRECONCEITOS..., 1934, p. 1) e a posse (EDITAL, 1935, p. 4) como deputada constituinte pelo Partido Liberal Catarinense (O SR. NEREU RAMOS CANDIDATO A GOVERNADOR, 1935, n.p.), tendo atuado na comissão de elaboração do Estatuto do Funcionalismo Público (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1935a, p. 5) e como Presidenta<sup>7</sup> da Comissão Efetiva de Educação e Cultura (AS COMISSÕES EFETIVAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1935, p. 1; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1935b, p. 5; O FUNCIONALISMO PÚBLICO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1935, p. 1).

Não por acaso, também Romão (2021) entende que o trânsito de Antonieta entre espaços públicos diversos fez parte de um rol de práticas, que lhe permitiram capitanear apoio e amparo que seriam pouco acessíveis a uma mulher negra. Nesse sentido, importaram sua atuação na organização estudantil da Escola Normal, na Liga do Magistério Catarinense, no exercício da docência e na imprensa periódica, como também a proximidade política com o grupo do Partido Liberal, sobretudo da família Ramos (Ibid., p. 171). Esse último aspecto pôde ser observado também pela reiterada participação em eventos políticos em prol de Nereu Ramos (DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, 1936, n.p.; O 1º ANIVERSÁRIO DO GOVERNO CATARINENSE, 1936, p. 1), e em espaços de comunhão intelectual que ambos tangenciaram<sup>8</sup> (ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE IMPRENSA, 1938, p. 2). Sopesaram, portanto, a densidade de redes de sociabilidades (SIRINELLI, 1996), estas constituídas para além do espaço doméstico, no exercício intelectual e da docência, para a consolidação da sua afirmação e prestígio.

À Antonieta coube, pois, a operação reiterada e precisa no espaço público, já que o capital de relações familiares pregressas lhe conferia poucos acessos, diferentemente das irmãs Aducci. Por outro lado, Antonieta manteve próxima e potente a sociabilidade familiar, sobretudo pelas figuras dos irmãos

---

<sup>6</sup> Sobre as reformas urbanas de Florianópolis no século XX, conferir Costa (2011) e Araújo (2016).

<sup>7</sup> Na ocasião, Antonieta notificou, nas páginas do jornal “A Gazeta”, que aceitaria sugestões do Club dos Funcionários Públicos, ou quaisquer outra entidade representativa ao longo do processo de elaboração do Estatuto (O FUNCIONALISMO PÚBLICO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 1935, p. 1).

<sup>8</sup> A esse respeito, vale destacar que Antonieta de Barros, Nereu Ramos e Fúlvio Aducci dividiram, em 1938, espaço no Conselho Deliberativo da Associação Catarinense de Imprensa (ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE IMPRENSA, 1938, p. 2).

Leonor e Cristalino. À primeira coube, além da comunhão profissional, a presença constante em seus deslocamentos pelo estado, já na condição de deputada (ROMÃO, 2021). O segundo, integrante do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e da União Beneficente dos Pintores de Florianópolis (Ibid., p. 67-68), fez-se presente sobretudo ao trazer para o espaço doméstico as vivências de um engajamento marcado por identificações de cor e profissão. Aqui, contudo, pesa a ressalva de que os vínculos familiares de Antonieta, presentes e centrais para sua atuação profissional e inserção social, tanto quanto para as irmãs Aducci, não lhe garantiram a imediata inserção funcional e intelectual. Em outros termos: seus vínculos para com sua família, ainda que firmemente traçados, não tinham o peso e a densidade necessária para servirem de base a sua incorporação profissional imediata. Para ela e para Leonor, as redes responsáveis pela sua guarnição profissional precisaram ser tecidas em suas práticas políticas, profissionais e sociais.

Também em Leonor de Barros a densidade dos laços afetivos familiares não esmoreceu com sua prática profissional. À ela pesou, em maior intensidade do que sobre Antonieta, o trânsito e a ocupação intervalada das esferas domésticas e públicas, bem como o papel de guarnição e rede de apoio da irmã mais velha, sobretudo quando em exercício do mandato. A esse respeito, é necessário pontuar sua permanência quase vitalícia no Curso Primário Antonieta de Barros (SOCIAIS, 1959, n.p.), este organizado na casa da rua Fernando Machado, e seguidamente reconhecido e homenageado pela qualidade do ensino ofertado (NOTÍCIAS, 1952, p. 6; ENGENHEIRANDO CARLOS DA COSTA PEREIRA FILHO, 1957, n.p.), enquanto Antonieta atuava como deputada ou em demais instituições de ensino. Foi também Leonor que substituiu Antonieta na Escola Normal Primária e Secundária, bem como no Instituto de Educação, quando no exercício do primeiro mandato da irmã (ATOS OFICIAIS, 1935, p. 1; VIDA SOCIAL, 1936, p. 5).

Sobretudo após o falecimento de Antonieta (NA COMISSÃO PERMANENTE, 1952, n.p.), foi Leonor quem abraçou algumas das iniciativas de ação política e da articulação docente capitaneadas pela irmã. Dentre elas, destaca-se a sua atuação no departamento feminino do Partido Social Democrático (A INSTALAÇÃO DO DEPARTAMENTO FEMININO DO PSD, 1955, n.p.), o então partido em apoio à família Ramos, e pelo qual a irmã mais velha atuava. Foi nele que foi eleita vice-presidenta (ALIANÇA SOCIAL TRABALHISTA, 1955, n.p.; DO DEPARTAMENTO FEMININO, 1955, n.p.) e, nessa condição, participou de cerimônias, organizou assembleias (UM ESPETÁCULO DIFERENTE, 1955, n.p.), e compôs diretorias executivas (DEPARTAMENTO FEMININO ANTONIETA DE BARROS, 1956, p. 1). Pouco depois, seria também apresentada como diretora do Ginásio Antonieta de Barros (CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITO, 1959, n.p.) e como professora primária do Instituto de Educação Dias Velho (SOCIAIS, 1959, n.p.).

Já às irmãs Edésia e Iracema coube o estabelecimento de acessos pela via de densas redes de sociabilidade (SIRINELLI, 1996) políticas e familiares, que em muito as antecederam. Nascidas respectivamente em 1885 e 1889, filhas de Alexandre Magno Aducci<sup>9</sup>, realizaram os estudos no então recém aberto Colégio Coração de Jesus<sup>10</sup> (COLÉGIO, 1901, p. 2; PEQUENAS NOTÍCIAS, 1901, p. 2;

---

<sup>9</sup> Primeiro escriturário da alfândega de Florianópolis (HÓSPEDES E VIAJANTES, 1908, p. 2), casado com Hortência Augusta Livramento, filha de Joaquim Augusto do Livramento, que ocupou cargos de deputado provincial e presidente da Província de Santa Catarina pelo Partido Conservador (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022c).

<sup>10</sup> O Colégio Coração de Jesus iniciou as suas atividades em 1898, quando da vinda das Irmãs da Congregação da Divina Providência para o Estado de Santa Catarina, abrindo posteriormente as portas para oferecimento de ensino confessional e privado na cidade de Florianópolis (ANDRADE, 2014).

COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS, 1911, p. 2), prestando em seguida os exames vagos<sup>11</sup> na Escola Normal (ESCOLA NORMAL, 1904a, n.p.; 1904b, n.p.; 1905a, n.p.; 1905b, p. 1; 1905c, p. 1; 1905d, n.p.; 1906a, p.1; 1906b, p. 1). Elas, portanto, dividiram desde cedo as carteiras escolares com as filhas de uma nascente elite republicana (ANDRADE, 2014), em um espaço escolar francamente confessional e privado. Por outro lado, tiveram o acesso à carreira do magistério primário franqueado pela prestação dos exames vagos, sem que tivessem efetivamente frequentado a Escola Normal, modalidade de ingresso que foi suspensa a partir da Reforma do Ensino de 1911.

Para além da formação inicial, a religiosidade interpelou as irmãs Aducci em outros espaços, seja na organização de coros (FATOS E NOTAS, 1912, n.p.); festividades (SENHOR BOM JESUS, 1911, p. 2; DEVOÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO, 1919, p. 3; FESTIVIDADES DO GLORIOSO MÁRTIR SÃO SEBASTIÃO, 1921, p. 2); eventos (COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS, 1912, p. 3; ROUPEIRO SANTA IZABEL, 1934); e na participação em congregações (DIRETORIA ATUAL, 1930, n.p.). Foram também comuns os esforços, sobretudo de Edésia, na realização de demandas cívicas (A BANDEIRA DO 25, 1914, p. 1; APELO ÀS SENHORAS E SENHORITAS CATARINENSES, 1914, p. 2), e em aparições pontuais na imprensa local (PENA, AGULHA E COLHER, 1919, n.p.; O ÍRIS, 1923, n.p.); ao passo que a irmã mais nova se enveredou por eventos voltados ao público feminino, tal qual festas em homenagem ao “belo sexo” (TEATRO E DIVERSÕES, 1916, p. 1) e concursos de beleza (QUEM É A MULHER MAIS BELA DO BRASIL? 1921, p. 2). Transitaram, portanto, em eventos e locais frequentados e destinados às filhas de uma elite política urbana, respondendo a um padrão de socialização feminino pautado na religiosidade, na domesticidade e na beleza<sup>12</sup>.

Em comum, Edésia e Iracema tiveram também os laços políticos que as respaldaram. Filhas de um escriturário da alfândega, netas e bisnetas de ex-presidentes da província (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022c; 2022e), e irmãs de um deputado estadual<sup>13</sup> (HÓSPEDES E VIAJANTES, 1920, p. 3), a elas não faltou trânsito nos espaços políticos que se estruturavam na época. Elas, pois, ocuparam estes espaços e interpelaram os sujeitos que informam sobre redes afetivas e sociais bastante potentes. Exemplo disso é a participação de Iracema em recepções e homenagens (CONSELHEIRO SILVA MAFRA, 1915, p. 1; ALMIRANTE SECCO, 1922, p. 6), e até mesmo de uma “festa íntima” na residência do então recém-eleito governador Hercílio Luz (GENERAL LUIZ BARBEDO, 1918, p. 1; SR. GENERAL LUIZ BARBEDO, 1918, p. 1). Também para Iracema o matrimônio significou o estreitamento de laços políticos no interior do partido do irmão. Isso porque o casamento com o comerciante Raul Oscar Wendhausen (CASAMENTO, 1933, p. 10), filho do ex-deputado da Assembleia Legislativa, André Wendhausen, e irmão de Carlos Wendhausen, empossado sete vezes como deputado estadual no Legislativo Catarinense pelo Partido Republicano (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022a), fez ver a densidade de laços políticos e afetivos bastante circunscritos.

---

<sup>11</sup> Os exames vagos eram uma forma de conseguir a habilitação ao magistério sem a frequência na Escola Normal. Eles foram revogados em 1911, quando se estipulou um programa de admissão para ingresso na instituição (TEIVE, 2012, p. 383-400).

<sup>12</sup> A respeito dos padrões de sociabilidade e de conduta das mulheres catarinenses da época, conferir Pedro (1994, 1997).

<sup>13</sup> Fúlvio Aducci, o irmão mais velho de Edésia e Iracema, elegeu-se cinco vezes deputado estadual ao Congresso Representativo de Santa Catarina, e duas vezes a deputado federal pelo Partido Republicano Catarinense. Foi eleito governador em 1930, mas logo entregou a chefia do executivo ao Interventor nomeado pelo Governo Federal, o Sr. Ptolomeu de Assis Brasil (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022b).

Já Edésia capitaneou sua rede de amparo e sociabilidade em torno da organização de eventos religiosos e beneficentes, bem como do engajamento em torno de bandeiras ligadas às causas que as mobilizaram. Dentre elas, destaca-se sua articulação e manifestação pública junto ao grupo composto por nomes como Henrique Fontes<sup>14</sup>, José Boiteux<sup>15</sup>, Adriano Mosiman<sup>16</sup>, Luiz Trindade<sup>17</sup> e Beatriz de Souza Brito<sup>18</sup>, em defesa do ensino religioso facultativo nas escolas brasileiras, contrapondo-se assim ao que foi deliberado na 5ª Conferência Educacional de Niterói (PROTESTOS QUE DIGNIFICAM, 1933, p. 1). Ganhou também destaque a sua inscrição como eleitora na 10ª zona eleitoral da capital catarinense, pouco após o voto feminino ter sido garantido por lei (CARTÓRIO DA 10ª ZONA ELEITORAL, 1933, p. 4). Por fim, Edésia Aducci foi um nome fortemente homenageado, seja por formandas do Colégio Coração de Jesus (COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS, 1934, p. 1) ou por órgãos governamentais, como o Instituto Histórico e Geográfico local<sup>19</sup> (HOMENAGEM A ATUALIDADES, 1948, p. 3).

Tais afetos, postos em perspectiva para entendimento do trânsito urbano e das sociabilidades políticas das duas duplas de irmãs, permitem assinalar alguns pontos de suas trajetórias. Às Aducci, pois, coube a formação religiosa – sobretudo a escolar –, a atuação profissional em grupos escolares do centro da capital, e o amparo por uma rede social e política edificada ao longo de gerações. Da forma como aqui se entende, ainda que tanto as Aducci quanto as de Barros tenham ocupado espaços públicos de maneira constante, muitos dos laços estreitados nesses movimentos já vinham entretidos de relações anteriores das primeiras, sobretudo os familiares. Não por acaso, Edésia e Iracema dividiram casa, vida, bairro e árvore genealógica com membros proeminentes do Partido Republicano Catarinense, que se manteve hegemônico no Executivo e Legislativo local até o final da década de 1920.

Antonieta e Leonor de Barros, por sua vez, estruturaram suas redes em torno de alianças políticas, profissionais e associativas, disputadas para além do espaço doméstico, mas sem dele se desvincular. Ainda que tendo a presença engajada do irmão mais velho, Cristalino, como parte de seu convívio doméstico, foi a partir do exercício da docência que a dupla angariou margens para a legitimação da sua existência. A esse respeito, a recorrente participação em agremiações e associações é indicativa não somente de um exercício engajado da profissão, mas do estabelecimento de um campo de disputas no interior de uma carreira que se estruturava. Contudo, para elas, a linha divisória entre espaços públicos e privados era bastante tênue, já que a profissão era exercida na escola privada organizada na própria casa e, não raras vezes, sobretudo Antonieta foi valorada em sua atuação política e docente pela via de sua

---

<sup>14</sup> Educador catarinense nascido em 1885, e falecido em 1966. Lecionou no *Gymnasio Catbarinense* em 1910, e atuou como chefe escolar na capital antes de assumir o cargo de Diretor da Instrução Pública (PIAZZA, 1985; PROCHNOW, 2009).

<sup>15</sup> Político catarinense que se elegeu quatro vezes deputado ao Congresso Representativo do Estado, uma vez como deputado federal, secretário geral do Governo e secretário do interior e justiça do Estado, sempre pelo Partido Republicano Catarinense (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022d).

<sup>16</sup> Adriano Mosimann era catarinense, e ocupou cargos docentes e de inspetoria educacional desde 1918. Assumiu, em 1946, o cargo de prefeito do município de Tubarão (MUNICÍPIO DE TUBARÃO, 2023).

<sup>17</sup> Luiz Sanches Bezerra da Trindade era catarinense, formado no Ginásio da Capital. Iniciou a carreira no Grupo Escolar Jerônimo Coelho (Laguna). Em 1926, assumiu cargo de Inspetor Escolar, e exerceu funções técnicas na Diretoria de Instrução Pública (FIORI, 1975, p. 147-148). Em 1930 foi nomeado Diretor da Instrução, e dirigiu o Departamento de Educação entre 1935 e 1938.

<sup>18</sup> Professora catarinense com forte atuação no magistério e em agremiações, tais quais a Liga do Magistério Catarinense, na Cruzada Nacional de Educação, Centro Catarinense de Letras e na Liga Eleitoral Católica (ROMÃO, 2021, p. 163-167).

<sup>19</sup> Tal homenagem foi organizada por Ildefonso Juvenal e Henrique Fontes. O primeiro, escritor e negro, fundou o Centro Catarinense de Letras, na tentativa de organizar uma agremiação que aceitasse, em sua formação, as mulheres e os negros (CORREA, 1970, p. 170-172; MATOS, 2014, p. 76); e o último, na ocasião, atuava como desembargador.

conduta privada. Para elas, o peso da estrutura da casa se dava pela ocupação dúbia do seu espaço, e pela convocação de sua índole doméstica para sua valoração profissional.

Entendidas as dissonâncias entre as duplas, é possível matizar o peso diferenciado das sociabilidades traçadas por elas. Embora às quatro tenha pesado o exercício da mesma profissão, e o engajamento em algumas bandeiras comuns, suas práticas e suas operações (CERTEAU, 1985, 2009) responderam a demandas que informaram sobre suas condições de exercício da profissão e de trânsito na carreira. Também por isso Antonieta e Leonor tiveram sua inserção social condicionada à sua constante articulação ao Partido Liberal, que progressivamente se fortalecia após o início da década de 1930. Afinal, se as relações familiares pgressas não as favoreceram a ponto de lhes franquear alguns acessos, coube a elas a ocupação da rua.

## MAGISTÉRIO E ESPAÇO PÚBLICO

Foi, efetivamente, no exercício do magistério que percursos tão distintos puderam se enovelar. Isso porque, embora as irmãs Aducci e Barros não tenham se encontrado nos corredores da Escola Normal Catarinense – seja pela diferença geracional, ou pelo fato de as primeiras terem ingressado no magistério pela via dos exames vagos, que as dispensaram da frequência à instituição –, suas trajetórias convergiram na atuação docente e na defesa de algumas bandeiras de interesse comum. Porém, também aqui seus percursos funcionais evidenciaram algumas diferenças que informaram sobre as suas redes de apoio – e aqui, simbolizadas não apenas pelo apoio intelectual da profissão, mas particularmente o social em seus trânsitos de convivência – e de aderência institucional. Cabe, portanto, perspectivar o trânsito funcional e a inserção burocrática das irmãs sob o ponto de vista político (FORMOSINHO, 2007, p. 293-328), nuançando assim os acordos feitos e as práticas traçadas para fabricação de acessos que lhes foram centrais. A esse respeito, o trânsito funcional de Edésia e Iracema Aducci é bastante ilustrativo.

Isso porque ambas exerceram quase integralmente a docência em uma única instituição: o Grupo Escolar Silveira de Souza. Sobre isso, duas colocações se fazem necessárias. A primeira é que o exercício nos grupos era atribuído mediante comissionamento do executivo estadual, sem necessidade de concurso e dando preferência a candidatos normalistas (SANTA CATARINA, 1911, p. 22-23). A segunda, é que o supracitado Grupo, inaugurado em 1913, foi o segundo da capital catarinense e se impunha em meio à circunvizinhança predominantemente residencial e nobre do bairro Praia de Fora (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 45), não muito longe do endereço de Edésia<sup>20</sup> (UMA INICIATIVA SIMPÁTICA, 1934, p. 3). Sua organização e implantação, pois, deu-se no esteio da mesma reforma do ensino, que reestruturou os programas e o ingresso na Escola Normal, e que correspondeu a um modelo de oferta de ensino preliminar em perímetro urbano, condicionado à comprovação de um público discente mínimo via estatísticas escolares (SANTA CATARINA, 1913, p. 20). Regulados por regimento próprio, os Grupos eram anunciados como distintos das demais instituições escolares do mesmo nível,

---

<sup>20</sup> O termo de assentamento de Edésia Aducci não foi localizado no Arquivo Público do Estado, tendo sua trajetória sido mapeada somente pelas notificações exaradas pela imprensa local (aqui nomeadamente os periódicos “A Época”, “A Gazeta”, “A República”, “O Apóstolo”, “O Dia”, “O Estado” e “O Íris”).

por características tais como seu aparato predial, pelo mobiliário, pela organização seriada, pelo aparelhamento docente e de pessoal<sup>21</sup>.

Foi, pois, no Grupo Escolar Silveira de Souza que as irmãs Aducci foram anunciadas como docentes de diferentes turmas do ensino primário ali ministrado (7 DE SETEMBRO, FESTA NO GE SILVEIRA DE SOUZA, 1916, p. 1; REPÚBLICA, 1920, p. 2). Enquanto Edésia, já ao final de década de 1920, tomou também posse do ensino de português da Escola Normal (RESOLUÇÃO 6082, 1929, p. 3), Iracema permaneceu no magistério primário até, pelo menos, meados da década de 1930 (GRUPO ESCOLAR SILVEIRA DE SOUZA, 1934, p. 4). Ali, ambas foram contempladas com dois elementos de distinção no interior da carreira docente: o ensino nas recém inauguradas instituições, que se propunham como modelares para a instrução catarinense; e a remuneração, já que os professores dos Grupos Escolares compunham a categoria docente que recebia os maiores salários<sup>22</sup> nos quadros da instrução pública estadual.

Às irmãs Antonieta e Leonor coube, por sua vez, o aprendizado das primeiras letras e o exercício inicial da docência em espaços escolares privados (O DIA, 1912, n.p.; AULAS PARTICULARES, 1923, n.p.). Esse padrão se quebrou, não sem rugas<sup>23</sup>, quando ambas cursaram a Escola Normal Catarinense (EXAMES, 1921, p. 2). Lá, ambas dividiram espaço com nomes como Maura de Senna Pereira e Barreiros Filho, organizaram-se em agremiações, e travaram contato com pontos considerados cruciais para a sua formação como professoras primárias. Uma vez normalistas, foi no espaço doméstico que ambas foram trabalhar ofertando, na sua casa da Rua Fernando Machado, o ensino primário, aulas particulares, taquigrafia (AULAS PARTICULARES, 1927, n.p.), e cursos preparatórios para o exame admissional no Ginásio Catarinense (CURSO DE PREPARATÓRIOS, 1932, p. 8).

Como já aqui mencionado, o Curso Primário Antonieta de Barros teve vida longa, sobrevivendo inclusive ao falecimento de sua fundadora, então sob o comando de Leonor. O curso, por sua vez, nunca deixou o endereço da Rua Fernando Machado, e seguiu operante mesmo quando suas professoras ocuparam outros cargos, sejam políticos ou na docência. Leonor, por exemplo, lecionou no Instituto de Educação entre 1935 e 1936 (ATOS OFICIAIS, 1935; p. 1; ESCOLA NORMAL, 1936, n.p.; VIDA SOCIAL, 1936, p. 5), inicialmente, no lugar da irmã (VIDA SOCIAL, 1931, n.p.), e sem deixar a atuação no curso primário. Antonieta, por sua vez, teve seu acesso à docência em instituições públicas, mais de uma vez, franqueado pela necessidade de substituição de nomes com os quais tinha alguma proximidade, tal qual Barreiros Filho (PROF. ANTONIETA DE BARROS, 1932, p. 2) e Maura de Senna Pereira (EXONERAÇÕES E NOMEAÇÕES, 1933, n.p.), mas também sem se afastar por completo das atividades no Curso Primário Antonieta de Barros.

---

<sup>21</sup> O estudo da implantação dos Grupos Escolares é objeto fértil de análise para a História da Educação, seja pela via do mapeamento das iniciativas de sua estruturação, seja pela sua consideração como parte de um rol de dispositivos de legitimação de uma representação de escola e educação. Para um arrazoado da produção a respeito, conferir Souza-Chaloba (2019).

<sup>22</sup> Conforme quadro de vencimentos anexo ao Regulamento Geral da Instrução Pública (1913, n.p.), os professores efetivos de Grupos Escolares ganhavam um ordenado 1:600\$000, acrescido de uma gratificação de 800\$000, ao passo que os professores provisórios recebiam o montante de 1:800\$000 no total (sendo 600\$000 de gratificação e 1:200\$000 de ordenado). Esses últimos, portanto, igualavam-se ao salário de um professor preliminar, tendo como característica de seu vínculo profissional a provisoriedade, já que sua vaga poderia ser requerida por um professor normalista em qualquer período de recesso letivo (Op. Cit., p. 22-23)

<sup>23</sup> Segundo Jeruse Romão, o projeto de lei encabeçado por Fúlvio Aducci e aprovado em 1914 propunha o aumento da taxa de inscrição e matrícula da Escola Normal, o que atentaria contra o ingresso e permanência da população empobrecida nas instituições de formação de professores primários. Também conforme a autora, a lei foi revogada já no ano seguinte (ROMÃO, 2021, p. 85-87).

Para as Barros, a casa seguiu sendo ponto fundante não só das interações domésticas, mas também se exercício profissional. Essa dubiedade na ocupação do espaço, embora não fosse incomum, é ilustrativa da pouca aderência imediata que ambas tiveram na docência em instituições primárias públicas. A esse respeito, vale destacar que, entre a obtenção do título de normalista, no início da década de 1920, e o início do exercício docente na Escola Normal por Antonieta, desenrolaram-se quase dez anos de trajetória docente<sup>24</sup>. Por outro lado, a entrada e formação na Escola Normal foi ponto central da atuação de Antonieta e Leonor de Barros, já que garantiu a ambas não apenas o acesso aos conhecimentos necessários para o exercício da docência primária, como também as relações fulcrais para o ingresso em associações e instituições que lhes garantiram trânsitos profissionais necessários.

Dessa forma, Iracema e Edésia tiveram a trajetória profissional marcada pela estabilidade funcional, geográfica e, pode-se inferir, econômica. Nomeadas via resolução e reguladas por dispositivos próprios dos Grupos Escolares, tiveram seus trânsitos docentes em muito condicionados por nomeações diretamente exaradas pelo executivo estadual, então agenciado quase integralmente por membros do Partido Republicano. A esse respeito, vale lembrar que foi com os membros desse mesmo partido que ambas cultivaram vínculos consanguíneos, matrimoniais e afetivos. Para elas, pois, as práticas operadas no interior da profissão vieram resguardadas por aderências fabricadas no interior do grupo familiar. Atravessaram, portanto, a burocracia que se estruturava em torno da carreira que ocupavam, por uma via pavimentada por sociabilidades tão sólidas quanto duradouras. Não por acaso, Edésia e Iracema ocuparam muito rapidamente a docência em uma instituição proeminente, anunciada como modelar, parte de um esforço pungente de renovação do ensino primário no estado, e que lhes garantiu o maior salário da categoria. Facilitou-se, assim, sua permanência funcional em um enquadramento da carreira cuja remuneração era relativamente alta, e em um ponto do espaço urbano que não as apartou das redes de contato familiares.

Para as Barros, por outro lado, a relação entre a ocupação dos espaços público e privado foi constantemente tensionada. Se, por um lado, a ocupação dos primeiros foi tática central para a conquista de lugares profissionais, a casa seguiu sendo ponto fundante e permanente de sua atuação docente. Casa essa que, vale dizer, embora relativamente próxima ao centro urbano de Florianópolis, era também próxima do Rio da Bulha, ponto de trabalho de lavadeiras, tais quais Catarina de Barros, a mãe de Antonieta e Leonor. Assim sendo, para além do duplo lugar das suas práticas – operadas no espaço público, mas sem desgarrar do amparo doméstico –, também a casa significou um entrelugar na lógica urbana de Florianópolis já que, ao mesmo tempo que franqueava o acesso físico a um centro que se estruturava, dialogava com espaços ocupados por uma população empobrecida e organizada em torno de dinâmicas de trabalho.

Por fim, cabe aqui pontuar o tensionamento da categoria “tática”, operacionalizada por Michel de Certeau (2009) como uma forma de entendimento das práticas (CERTEAU, 1985), que por sua vez envolveram a movimentação funcional das irmãs Aducci e Barros. Ambas as duplas transitaram, funcional e socialmente, em um campo profissional e político que já se encontrava estrategicamente estruturado. Operaram, portanto, agenciando suas práticas de acordo com as possibilidades do lugar e

---

<sup>24</sup> Para Iracema Aducci, entre a prestação dos exames vagos, que lhes conferiram o título e o seu ingresso no Grupo Escolar Silveira de Souza, transcorreram menos de cinco anos (7 DE SETEMBRO, 1916, p. 1). Já Edésia demorou a ter sua atuação docente noticiada na imprensa em quaisquer instituição mas, quando o foi, foi diretamente nesse mesmo Grupo (REPÚBLICA, 1920, p. 2).

com os acesso que fabricaram, inclusive no interior da burocracia. Todavia, as distinções das carreiras de ambas puderam se fazer entender, pelo menos parcialmente, pela densidade das redes de sociabilidade (SIRINELLI, 1996) nas quais se inseriram. Nesse sentido, embora tanto Edésia e Iracema quanto Antonieta e Leonor tenham se valido de uma constante presença familiar e doméstica ao longo de sua vida profissional, somente no primeiro caso essas redes lhes franquearam acessos funcionais imediatos. Para as Barros, ainda que densamente enoveladas nas lógicas familiares, os acessos foram fabricados nos espaços públicos. Também para elas, os afetos familiares foram menos valiosos como parte das táticas operadas no interior da carreira. A elas coube uma inserção menos imediata, e que não pôde se desvencilhar de todo da ocupação profissional da casa, o que permite inferir ser a escola da Rua Fernando Machado não somente parte de uma aspiração profissional, mas também uma tática para não as desguarnecer financeiramente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Edésia Aducci nasceu, a escravidão não havia sido abolida, e nem tampouco a República havia sido proclamada. Nessa mesma época, Catarina de Barros, a futura mãe das irmãs Antonieta e Leonor, contava com dezesseis anos e, não tendo sido alforriada, permaneceu escravizada até 1888. Uma vez liberta, mudou-se para a capital catarinense, onde foi cozinheira, empregada doméstica e lavadeira (ROMÃO, 2021, p. 43). Suas filhas, Antonieta e Leonor, disputaram e agenciaram espaços para exercício da docência na capital catarinense, assim como Edésia e Iracema. Mas elas o fizeram em condições bastante diferentes.

Foi, pois, do entendimento dessas diferenças que este artigo se ocupou. Tomando como veio para o exercício de comparação o estabelecimento de redes sociais e afetivas (SIRINELLI, 1996), o trânsito burocrático e funcional (FORMOSINHO, 2007), e o seu deslocamento na malha urbana, o que se pôde perceber foi a diversidade de configurações que circunscreveu as táticas (CERTEAU, 1985, 2009) das Barros e das Aducci. Ademais, a análise das suas trajetórias fez também ver, em um momento de progressiva remodelação do ensino normal e primário catarinense, a diversidade dos percursos que se entrecruzaram no exercício da docência, e os meios pelos quais os diferentes sujeitos operaram com a carreira que então se aparelhava.

Para tanto, a série documental analisada privilegiou a busca por seus deslocamentos funcionais e sociais, fazendo-se valer de uma documentação burocrática para rastreamento de carreira e de notas da imprensa para entendimento do trânsito social. Sobre isso, dois pontos são importantes. O primeiro é a centralidade desses tipos documentais, já que os cargos de gestão educacional e política eram quase que exclusivamente ocupados por homens, o que os tornou personagens centrais em documentos destinados e recebidos pela Diretoria da Instrução e pelo Departamento de Educação, bem como nas fontes legislativas. Olhar, portanto, para os termos de assentamento e as notícias de jornais permitiu mapear, em uma carreira predominantemente masculinizada, as ações das professoras primárias.

Por outro lado, também a essa série documental cabe o endereçamento da crítica, ao entender que ela fez ver, no caso dos termos de assentamento, somente as docentes envolvidas com o magistério público e, no caso das notas de imprensa, aquelas que em alguma medida se articularam ao denso jogo político e social do período. A esse respeito, o caso dos jornais é ilustrativo, já que instituições jornalísticas como o periódico “A República” e “O Dia”, por exemplo, foram declaradamente o meio de divulgação do Partido Republicano Catarinense, que ocupou quase hegemonicamente o Executivo e o Legislativo

estadual até o final da década de 1920. Eles, pois, operaram selecionando notícias, e propagandeando ações e sujeitos que, infere-se, não se destoaram ou se afastaram das premissas da coligação.

Por ora, cabe evidenciar o fosso de trajetórias que cindiu os acessos e trânsitos das irmãs Barros e Aducci no interior da mesma carreira, e o mobilizar como meio de pensar a profissão docente como um espaço marcado pela diversidade. Esta, por sua vez, fez-se ver não somente pelo seu atravessamento por mulheres de diversas classes sociais e diferentes pertencimentos sociorraciais, mas também pela infinidade de táticas que elas operaram para cavar acessos e permanências no exercício da profissão. Também essas distinções de trajetórias, em muito organizadas pelo peso das sociabilidades, deram marca e tom para algumas das demandas posteriormente encabeçadas sobretudo por Antonieta de Barros. Não por acaso, quando no exercício do mandato legislativo, partiu dela a firme defesa da realização de concursos, que franqueassem os acesso aos cargos públicos em lugar das nomeações das quais dependeu (As comissões efetivas da Assembleia Legislativa, 1935, p. 1; O funcionalismo público na Assembleia Legislativa, 1935, p. 1). Com a análise dessas interseccionalidades e dessas táticas de acesso, verificadas entre as duplas de irmãs, conclui-se então que a estruturação da carreira no magistério catarinense, enquanto local de prática profissional, necessitou, pois, de uma ampla defesa para a igualdade de acessos e permanências, dando proeminência às competências dos sujeitos que praticaram a docência, em detrimento aos laços afetivos que suportaram seus acessos neste espaço de exercício.

## REFERÊNCIAS

7 DE SETEMBRO - FESTA NO GE SILVEIRA DE SOUZA. *O Estado - jornal independente de maior circulação em Santa Catarina*. Florianópolis, p. 1, 6 set. 1916.

A BANDEIRA DO 25. *O Dia - órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 14, n. 7530, p. 1, 2 jun. 1914.

A INSTALAÇÃO DO DEPARTAMENTO FEMININO DO PSD. *O Estado - o mais antigo diário de Santa Catarina*. Florianópolis, ano 42, n. 12231, n.p., 21 jul. 1955.

A SEMANA. *O Estado - empresa editora O Estado*. Florianópolis, ano 12, n. 3648, n.p., 3 ago. 1926.

ALIANÇA SOCIAL TRABALHISTA. *O Estado - o mais antigo diário de Santa Catarina*. Florianópolis, ano 42, n. 12244, n.p., 9 ago. 1955.

ALMIRANTE SECCO. *A República - órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 18, n. 994. p. 6, 23 fev. 1922.

ANDRADE, Ana Luíza Mello Santiago de. Narrativas do passado: memória, história e horizontes de expectativas no centenário do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1988 – 1998). In: 2º SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2014, Florianópolis. Anais. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2014. Disponível em: <<https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/viewFile/106/51>>. Acesso em: 30 set. 2022.

APELO ÀS SENHORAS E SENHORITAS CATARINENSES. *O Dia - órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 14, n. 7524, p. 2, 20 maio 1914.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. Medicalização e controle social: reformas urbanas em Florianópolis na Primeira República. In: 15º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA

TECNOLOGIA, 2016, Florianópolis. Anais. Florianópolis: SBHC, 2016. Disponível em: <[https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473990994\\_ARQUIVO\\_Medicalizacaoecontrolesocial-reformasurbanasemFlorianopolisnaPrimeiraRepublica.pdf](https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473990994_ARQUIVO_Medicalizacaoecontrolesocial-reformasurbanasemFlorianopolisnaPrimeiraRepublica.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2021.

AS COMISSÕES EFETIVAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *A Gazeta*. Florianópolis, ano 2, n. 325, p. 1, 25 set. 1935.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *O Estado*. Florianópolis, ano 21, n. 6562, p. 5, 29 ago. 1935a.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *O Estado*. Florianópolis, ano 21, n. 6585, p. 5, 27 set. 1935b.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE IMPRENSA. *O Apóstolo – Órgão da congregação mariana de Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis, ano 10, n. 197, p. 2, 1º set. 1938.

ATOS OFICIAIS. *República – órgão do Partido Liberal Catarinense*. Florianópolis, ano 2, n. 344, p. 1, 12 maio 1935.

AULAS PARTICULARES. *O Estado – jornal independente de maior circulação em SC*. Florianópolis, ano 9, n. 2686, p. 1, 7 jun. 1923.

AULAS PARTICULARES. *O Estado – jornal independente de maior circulação em Santa Catarina*. Florianópolis, ano 13, n. 4072, n.p., 21 dez. 1927.

BESSEN, D. S.; SILVA, V. L. G. da. Associação do professorado catarinense: histórias, meios de ação e composição. *Revista História da Educação*, v. 24, p. e98273, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/98273>>. Acesso em: 19/06/2023.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020. <<https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011>>

CARTÓRIO DA 10ª ZONA ELEITORAL. *O Estado – jornal independente de maior circulação em Santa Catarina*. Florianópolis, ano 18, n. 5844, p. 4, 21 mar. 1933.

CASAMENTO. *O Estado – jornal independente de maior circulação em Santa Catarina*. Florianópolis, ano 18, n. 6071, p. 10, 21 dez. 1933.

CATANI, Denice B. Estudos de História da Profissão Docente. In: LOPES, E. M.T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). 2ª ed. *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 585-599.

CATANI, Denice Bárbara. Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

CENTRO CATARINENSE DE LETRAS. *A República - órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 1, n. 64, p. 3, 15 dez. 1926.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CERTEAU, Michel de. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANYI, Maria Ivone (Org.). *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano (Anais do Encontro)*. São Paulo: FAU; USP, 1985, p. 3-19.

COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS. *A Época – Publicação semanal*. Florianópolis, ano 1, n. 16, p. 2, 29 jan. 1911.

COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS. *A Época – Publicação semanal*. Florianópolis, ano 2, n. 14, p. 3, 03 fev. 1912.

COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS. *República – órgão do Partido Liberal Catarinense*. Florianópolis, ano 1, n. 211, p. 1, 1º dez. 1934.

COLÉGIO. *O Dia – órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 1, n. 274, p. 2, 30 nov. 1901.

CONSELHEIRO SILVA MAFRA. *O Dia – órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 15, n. 8136, p. 1, 23 nov. 1915.

COSTA, Sandro Silveira. Florianópolis: espaço urbano, poder público e disciplinarização - décadas 1910 e 1920. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 96 - 129, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180303012011096>>. Acesso em: 12/09/2022.

CURSO DE PREPARATÓRIOS. *República*. Florianópolis, Ano 2, n. 639, p. 8, 30 nov. 1932.

DEPARTAMENTO FEMININO ANTONIETA DE BARROS. *O Estado - o mais antigo diário de Santa Catarina*. Florianópolis, ano 42, n. 12466, p. 1, 1º maio 1956.

DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS. *A Notícia*. Joinville, ano 14, n. 2202, n.p., 22 jan. 1936.

DEVOÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO. *O Estado – Jornal independente de maior circulação em Santa Catarina*. Florianópolis, ano 4, n. 1098, p. 3, 7 jan. 1919.

DIRETORIA ATUAL. *Salve Rainha – Preito e homenagem das Congregações Marianas de Florianópolis*. Florianópolis, n.p., 8 set. 1930.

DIVERSAS. *A República – órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 1, n. 156, p. 3, 5 abr. 1927.

DO DEPARTAMENTO FEMININO. *O Estado – o mais antigo diário de Santa Catarina*. Florianópolis, ano 42, n. 12237, n.p., 31 jul. 1955.

EDITAL. *O Estado*. Florianópolis, ano 20, n. 6454, p. 4, 23 abr. 1935.

ENGENHEIRANDO CARLOS DA COSTA PEREIRA FILHO. *O Estado – o mais antigo diário de Santa Catarina*. Florianópolis, ano 44, n. 13233, n.p., 13 dez. 1957.

ESCOLA NORMAL. *A Gazeta – a voz do povo*. Florianópolis, ano 2, n. 463, n.p., 14 mar. 1936.

ESCOLA NORMAL. *O Dia – órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 4, n. 1160, n.p., 15 dez. 1904a.

ESCOLA NORMAL. *O Dia - órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 4, n. 1173, n.p., 20 dez. 1904b.

ESCOLA NORMAL. *O Dia – órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 5, n. 1459, n.p., 10 dez. 1905a.

ESCOLA NORMAL. *O Dia – órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 5, n. 1466, p. 1, 19 dez. 1905b.

ESCOLA NORMAL. *O Dia - órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 5, n. 1470, p. 1, 23 dez. 1905c.

ESCOLA NORMAL. *O Dia – órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 5, n. 1476, n.p., 31 dez. 1905d.

ESCOLA NORMAL. *O Dia – órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 6, n. 1744, p. 1, 16 dez. 1906a.

ESCOLA NORMAL. *O Dia – órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 6, n. 1748, p. 1, 21 dez. 1906b.

EXAMES. *República – órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 17, n. 935, p. 2, 10 dez. 1921.

EXONERAÇÕES E NOMEAÇÕES. *O Estado*. Florianópolis, ano 19, n. 6064, n.p., 13 dez. 1933.

FATOS E NOTAS. *A Época – Publicação semanal*. Florianópolis, ano 2, n. 38, n.p., 20 jul. 1912.

FESTIVAL DE BENEFÍCIO. *O Estado*. Florianópolis, ano 17, n. 5728, n.p., 28 out. 1932.

FESTIVIDADES DO GLORIOSO MÁRTIR SÃO SEBASTIÃO. *O Estado – Jornal independente de maior circulação em Santa Catarina*. Florianópolis, ano 7, n. 2253, p. 2, 27 dez. 1921.

FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.

FORMOSINHO, João; ARAÚJO, Joaquim Machado de. Anônimo do século XX – a construção da pedagogia burocrática. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia (Org.). *Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro*. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 293-328.

GENERAL LUIZ BARBEDO. *O Estado – Jornal independente de maior circulação em Santa Catarina*. Florianópolis, ano 4, n. 1040, p. 1, 23 out. 1918.

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA DE SOUZA. *A República*. Florianópolis, ano 1, n. 219, p. 4, 11 dez. 1934.

HOMENAGEM A ATUALIDADES. *Atualidades*. Florianópolis, p. 3, abr./maio 1948.

HÓSPEDES E VIAJANTES. *A República – órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 16, n. 413, p. 3, 20 fev. 1920.

HÓSPEDES E VIAJANTES. *O Dia – órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 8, n. 2076, p. 2, 2 fev. 1908.

LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE. *O Estado – jornal independente de maior circulação de Santa Catarina*. Florianópolis, ano 10, n. 31185, n.p., 22 nov. 1924.

- LUCHESE, Anita. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. *Boletim Historiar*, n. 2, p. 45-57, mar./abr. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/historiar>>. Acesso em: 21/09/2021.
- LUGLI, Rosário S. G. As representações dos professores primários – Estratégia política e habitus professora. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 9, p. 231-262, jan./jun. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38662>>. Acesso em: 24/07/2023.
- MATOS, Felipe. *Armazém da Província: Vida Literária e Sociabilidades Intelectuais em Florianópolis na Primeira República*. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/128691>>. Acesso em: 24/07/2023.
- MELO, Marilândes Mól Ribeiro de; VALLE, Ione Ribeiro. Professoras catarinenses: razões para escolher e permanecer na carreira. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 12, n. 3, p. 199-228, set./dez. 2012. <<http://dx.doi.org/10.4322/rbhe.2013.009>>
- MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia Carlos Vítor Wendhausen*. Florianópolis: ALESC, 2022a. Disponível em: <[https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/175-Carlos\\_Vitor\\_Wendhausen](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/175-Carlos_Vitor_Wendhausen)>. Acesso em: 30 set. 2022.
- MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia Fúlvio Aducci*. Florianópolis: ALESC, 2022b. Disponível em: <[https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/331-Fulvio\\_Aducci](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/331-Fulvio_Aducci)>. Acesso em: 30 set. 2022.
- MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia Joaquim Augusto do Livramento*. Florianópolis: ALESC, 2022c. Disponível em: <[https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/489-Joaquim\\_Augusto\\_do\\_Livramento](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/489-Joaquim_Augusto_do_Livramento)>. Acesso em: 29 set. 2022.
- MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia José Boiteux*. Florianópolis: ALESC, 2022d. Disponível em: <[https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/519-Jose\\_Boiteux](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/519-Jose_Boiteux)>. Acesso em: 01 out. 2022.
- MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia José Mariano de Albuquerque Cavalcanti*. Florianópolis: ALESC, 2022e. Disponível em: <[https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/938-Jose\\_Mariano\\_de\\_Albuquerque\\_Cavalcanti](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/938-Jose_Mariano_de_Albuquerque_Cavalcanti)>. Acesso em: 30 de setembro de 2022.
- MOREIRA, João Roberto. *A Educação em Santa Catarina*. Rio de Janeiro: MEC; INEP, 1954.
- MUNICÍPIO DE TUBARÃO. *Ex-prefeitos de Tubarão*. Tubarão: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: <<https://tubarao.sc.gov.br/pagina-3116/>>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- NA COMISSÃO PERMANENTE. *O Estado – o mais antigo diário de Santa Catarina*. Florianópolis, n. 11365, n.p., 2 abr. 1952.
- O 1º ANIVERSÁRIO DO GOVERNO CATARINENSE. *República – Órgão do Partido Liberal Catarinense*. Florianópolis, ano 3, n. 628, p. 1, 3 maio 1936.
- O DIA. *O Dia - órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 13, n. 7098, n.p., 28 dez. 1912.
- O FUNCIONALISMO PÚBLICO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *A Gazeta*. Florianópolis, ano 2, n. 306, p. 1, 31 ago. 1935.
- O ÍRIS. *O Íris - Jornal Católico, Literário e Instrutivo*. Florianópolis, ano 2, n. 23, 13 jun. 1926.

O SR. NEREU RAMOS CANDIDATO A GOVERNADOR. *O Estado*. Florianópolis, ano 20, n. 6457, n.p., 26 abr. 1935.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; Ed. UNESP, 1997, p. 278-321.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1994.

PENA, AGULHA E COLHER. *Imprensa – jornal noticioso*. Florianópolis, ano 1, n. 7, n.p., 7 set. 1919.

PEQUENAS NOTÍCIAS. *República – órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 12, n. 180, p. 2, 27 jun. 1901.

PROCHNOW, Denise de Paulo Matias. *As lições da Série Fontes no contexto da Reforma Orestes Guimarães em Santa Catarina (1911 – 1935)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <<https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006c/00006c97.pdf>>. Acesso em: 24/07/2023.

PROF. ANTONIETA DE BARROS. *A República - diário matutino, publica o expediente do governo do Estado*. Florianópolis, ano 2, n. 469, p. 2, 8 maio 1932.

PROTESTOS QUE DIGNIFICAM. *O Apóstolo - órgão da Congregação Mariana Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis, ano 4, n. 62, p. 1, 05 fev. 1933.

PUBLICAÇÕES. *O Estado*. Florianópolis, ano 16, n. 5093, n.p., 16 set. 1930.

QUEM É A MULHER MAIS BELA DO BRASIL? *O Estado – jornal independente de maior circulação de Santa Catarina*. Florianópolis, ano 7, n. 2239, p. 2, 10 dez. 1921.

RAMOS, Vidal. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo governador Vidal de Oliveira Ramos*. Florianópolis: Gabinete Tipográfico O'Dia, 1911.

RENOVAÇÃO. *A República – diário matutino, publica o expediente do governo do Estado*. Florianópolis. ano 1, n. 285, p. 2, 01 out. 1931.

REPÚBLICA - ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO CATARINENSE. Florianópolis, ano 15, n. 594, p. 2, 28 jan. 1920.

RESOLUÇÃO 6082. *Expedientes do Sr. Presidente do Estado. República - órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 3, n. 684, p. 3, 10 jan. 1929.

ROMÃO, Jeruse. *Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil*. Florianópolis: Editora Cais, 2021.

ROUPEIRO SANTA ISABEL. *A Gazeta - a voz do povo*. Florianópolis, ano 1, n. 6, p. 5, 22 ago. 1934.

SANTA CATARINA, *Decreto número 593, de 30 de maio de 1911*. Aprova novo regulamento para a Escola Normal. Florianópolis, 1911. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123489>>. Acesso em: 07/11/2016.

SANTA CATARINA. *Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catarina*. Aprovado e mandado observar pelo decreto 588, de 22 de abril de 1911. Florianópolis, 1911. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122502>>. Acesso em: 24/07/2023.

SANTA CATARINA. *Regulamento Geral da Instrução Pública*. A Lei n. 967 de 22 de agosto de 1913 autoriza o Poder Executivo a fazer as alterações nos Regulamentos em vigor. O Decreto n. 794 de 2 de maio de 1914 aprova o Regulamento Geral da Instrução Pública, com tabelas de vencimentos. Florianópolis, 1914. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101117>>. Acesso em: 24/07/2023.

SENHOR BOM JESUS. *A Época - Publicação semanal*. Florianópolis, ano 1, n. 42, p. 2, 11 ago. 1911.

SERÃO TEATRAL. *O Estado*. Florianópolis, ano 19, n. 5885, n.p., 13 maio 1933.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SCHUEROFF, Dilce. *Memória docente: histórias de professores catarinenses (1890-1950)*. Florianópolis: UDESC Editora, 2010.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Rene (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996, p. 231-269.

SOCIAIS. *O Estado – o mais antigo diário de Santa Catarina*. Florianópolis, ano 46, n. 13729, n.p., 24 out. 1959.

SOUZA-CHALоба, Rosa Fátima de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 19, 2019. <<http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e063>>

SR. GENERAL LUIZ BARBEDO. *A República - órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, ano 14, n. 23, p. 1, 25 out. 1918.

TEATRO E DIVERSÕES. *O Estado – jornal independente de maior circulação de Santa Catarina*. Florianópolis, ano 2, n. 462, p. 1, 22 set. 1916.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. *In situ et de visu: a formação de professores/as em Santa Catarina na vigência da reforma Orestes Guimarães (1911-1930)*. *Roteiro*, v. 37, n. 2, p. 383-400, jul./dez. 2012.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. *Uma Vez Normalista, Sempre Normalista – cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911-1935)*. Florianópolis: Insular, 2008.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. *A escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)*. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

UM ESPETÁCULO DIFERENTE. *O Estado – o mais antigo diário de Santa Catarina*. Florianópolis, ano 42, n. 12269, n.p., 9 set. 1955.

UMA INICIATIVA SIMPÁTICA. *O Apóstolo – órgão da Congregação Mariana Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis, ano 4, n. 100, p. 3, 15 ago. 1934.

UNIÃO OPERÁRIA. *A República*. Florianópolis, ano 2, n. 772, p. 2, 13 maio 1933.

VENCENDO PRECONCEITOS, O PARTIDO LIBERAL SUFRAGARÁ NAS URNAS O NOME DA CULTA ESCRITORA ANTONIETA DE BARROS. *A Gazeta*. Florianópolis, ano 1, n. 21, p. 1, 10 set. 1934.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009

VIDA SOCIAL. *O Estado*. Florianópolis, ano 17, n. 5338, n.p., 11 jul. 1931.

VIDA SOCIAL. *República – órgão do Partido Liberal Catarinense*. Florianópolis, ano 3, n. 768, p. 5, 24 out. 1936.

VIDAL, Diana Gonçalves; VICENTINI, Paula Perin (Org.). *Mulheres inovadoras no Ensino (São Paulo, séculos XIX e XX)*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2019.

XAVIER, Libânea Nacif. *Associativismo docente e transição política no Brasil e em Portugal (1970-1980)*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://redeaste.irice-conicet.gov.ar/sites/default/files/Xavier.pdf>>. Acesso em: 24/07/2023.

XAVIER, Libânea. A construção social e histórica da profissão docente uma síntese necessária. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 59, out./dez. 2014. <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000900002>>

XAVIER, Libânea Nacif. Contribuições ao estudo do associativismo docente. *Revista Pro-Posições*, v. 30, . p. 1-23, 2019. <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0013>>

---

## CONTRIBUIÇÃO DA AUTORA

Autora 1 – Coleta de dados, análise de dados e escrita do texto.

## DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

A autora declara que não há conflito de interesse com o presente artigo, em seu formato original, com quaisquer autores e/ou grupos de pesquisa.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.